

Qualis de Letras/Lingüística: uma análise de seus fundamentos

Adair Bonini *

* UNISUL-SC
adbonini@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo discute os princípios de avaliação e classificação dos periódicos empregados na base Qualis da Capes. Mais especificamente, discute o modo como essa avaliação e classificação estão sendo realizadas na área de Letras/Lingüística. Para atingir esse objetivo, procura, por meio da consideração dos problemas da editoração científica brasileira, levantar um modelo ideal de revista científica. Procura também, a partir desse modelo, analisar a classificação implementada na base Qualis de Letras/Lingüística e propor uma alternativa de avaliação e classificação.

Palavras-chave: editoração; avaliação; periódicos científicos.

Abstract

This article discusses the principles used for evaluating and classifying the journals that constitute the Qualis data bank established by Capes (National Council for the Improvement of Higher Education). More specifically, the article examines how this evaluative and classificatory process is taking place in the field of Letters/Linguistics. To do so, the article seeks to establish an ideal model of a scientific journal by considering the the problems faced by those who deal with scientific editing in Brazil. It then uses the model as a starting point for analyzing the Qualis classification process for Letters/Linguistics and for proposing an alternative approach to journal evaluation and classification.

Keywords: editing; evaluation; scientific journals.

1. Introdução

Nos últimos anos, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem realizado um grande esforço no sentido de avaliar e qualificar a produção científica brasileira, consumando esse trabalho com a publicação da base Qualis.

Essa base certamente representa um avanço na discussão sobre a qualidade dos periódicos, pois coloca esse tema definitivamente na agenda das universidades. Não obstante a isso, essa base, talvez por seu estágio ainda inicial, trabalha com critérios bastante precários de classificação, que levam a resultados nem sempre satisfatórios.

A discussão dos problemas e méritos da Qualis é de suma importância, pois ela está tornando-se a referência máxima na identificação dos periódicos nacionais. De certo modo, ela passa a ser uma diretriz na condução dos rumos que a produção editorial científica irá tomar, pois elege modelos de periódicos (os mais bem conceituados) que serão considerados na constituição das novas revistas. Caso esses modelos não sejam, de fato os melhores, as novas revistas já começarão com uma fundamentação pouco sólida.

Neste artigo, pretendo considerar a avaliação dos periódicos da área de Letras/Linguística. Para isso, nas seções que se seguem, procuro: 1) identificar um modelo ideal de revista científica, por meio da consideração dos problemas citados e das diretrizes propostas na literatura sobre a editoração científica no Brasil, especialmente em relação à área de conhecimento aqui enfocada; 2) analisar a classificação implementada na base Qualis quanto aos periódicos dessa área; e 3) sugerir uma proposta de avaliação e classificação dos periódicos da área.

2. Problemática relacionada aos periódicos científicos brasileiros

Vou ater-me, nesta seção, a três tópicos relativos aos periódicos nacionais: 1) os problemas apontados na literatura; 2) as alternativas propostas para solucioná-los; e 3) o modo como a qualidade tem sido aferida às publicações.

Os problemas relativos aos periódicos brasileiros estão em todos os níveis e revelam, com certa nitidez, o pouco desenvolvimento que o Brasil alcança em termos da editoração científica. Além disso, a coincidência entre os itens arrolados na literatura (Krzyzanowski e Ferreira, 1998; Stumpf, 1998) mostra que a matéria não é controversa.

Segundo Krzyzanowski e Ferreira (op. cit., p. 165), em âmbito internacional, a proliferação de publicações tem gerado uma forte preocupação quanto à qualidade desses materiais. Pelo menos três itens têm chamado a atenção dos estudiosos do assunto e dos envolvidos com a atividade editorial: 1) a irregularidade na publicação e distribuição das revistas; 2) a falta de normalização dos artigos científicos e das revistas como um todo; e 3) a falta de corpo editorial e de *referees* (autoridades das revistas). Afirmando ainda que, em termos nacionais, podem ser acrescentados outros dois problemas: 1) a pouca penetração da língua portuguesa no exterior; e 2) o baixo grau de originalidade e novidade dos artigos científicos publicados.

Stumpf (1998), atendo-se especificamente ao cenário nacional, também cita a proliferação como um problema central, mas ressalta, ainda, a elevada taxa de desaparecimento dessas revistas. A autora relaciona essa alta taxa de insucesso diretamente aos problemas da editoração científica no Brasil, quando afirma:

Os motivos das altas taxas de desaparecimento das revistas ainda permanecem obscuros, mas podemos apresentar algumas suposições: a falta de infra-estrutura para captação de artigos originais que correspondam ao perfil editorial das revistas; a evasão dos artigos melhores para as revistas estrangeiras; os recursos escassos e dispersos para custear a editoração e impressão; a formação deficiente do corpo editorial e amadorismo na execução de tarefas; as dificuldades com a distribuição; a falta de padronização que dificulta a indexação das revistas; e a baixa qualidade gráfica.

Mais do que arrolar toda essa problemática (o que já é bastante útil para pensar-se esse tema), acredito, seria relevante ainda aqui sugerir alguns dos aspectos causais. Creio que temos nesse quadro dois grandes problemas de base. O primeiro deles é que a nossa cultura de publicação é muito pouco desenvolvida, com pouca reflexão acumulada e com uma discussão que não chega, de fato, às universidades. Esse problema atinge todos os níveis: autores que não avaliam as revistas em que publicam, leitores que lêem pouco esse tipo de material e sem critério e editores não-profissionalizados. Do caráter intuitivo e amadorístico que atinge todos os envolvidos no processo de produção e circulação dos textos científicos (autores, leitores e editores), surge, a meu ver, a grande maioria dos problemas dos periódicos nacionais: a falta de normalização, a pouca clareza nas políticas editoriais dos periódicos, a má-qualidade dos artigos e mesmo a má-distribuição.

O segundo problema, e o que tem recebido maior atenção dos órgãos financiadores da pesquisa, é a falta de infra-estrutura das publicações. A carência de recursos técnicos e logísticos é um dos principais motivos para que uma revista deixe de existir logo nos primeiros números publicados. Por isso, os governos têm investido, já de longa data,¹ em programas de financiamento. Esse, penso, é inclusive um problema secundário, se comparado ao primeiro, já que muitas das revistas, que têm longa história de sobrevivência, continuam sendo revistas de má-qualidade. Essa longa sobrevivência ainda leva a um segundo problema: elas acabam sendo tomadas como modelo para futuras publicações. Nesse sentido, cabe citar aqui outra afirmação de Stumpf (op. cit.), em relação ao surgimento das revistas eletrônicas:

Alguns dos problemas apresentados pelas publicações impressas – como a falta de autores, a profissionalização dos editores, a necessidade de avaliadores rigorosos quanto a (sic) qualidade do conhecimento a ser veiculado – acompanharão as revistas eletrônicas. Em compensação, alguns problemas serão solucionados em relação às publicações impressas, como uma maior rapidez no fluxo editorial e, principalmente, em relação à distribuição que será mais simples e instantânea.

Ou seja, com o aparecimento das revistas eletrônicas, os problemas infra-estruturais ficam atenuados em boa medida. Contudo, os problemas decorrentes da cultura editorial, ainda incipiente, continuarão.

Devido ao fato de esses problemas da produção editorial científica já serem conhecidos e discutidos há mais de duas décadas (cf. Stumpf, 1998), diretrizes foram apontadas e algumas medidas implementadas. Como disse acima, os órgãos financiadores optaram pela implementação de programas de incentivo financeiro que possibilitassem a continuidade das revistas. Também se deu início a uma avaliação mais criteriosa dessas revistas financiadas, o que tem contribuído substancialmente para que seja estabelecido um padrão de referência quanto à qualidade dos fascículos editados.

No início da década de 80, alguns trabalhos (Braga e Oberhofer, 1982; Schwartzman, 1984) já procuravam sugerir critérios de qualidade para as publicações brasileiras. Schwartzman, por exemplo, cita como objetivos a serem alcançados:

- a) a qualidade do corpo editorial e a integridade do processo de avaliação dos artigos submetidos;

¹ Tanto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quanto diversas Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa (FAPs) têm investido em publicações científicas. O Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq foi criado em 1983 (inicialmente, em parceria com Financiadora de Estudos e Projetos – Finep). Conta, atualmente, com o apoio da Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec).

- b) a padronização aceita internacionalmente e a periodicidade regular, possibilitando sua indexação em fontes internacionais;
- c) o emprego de processos gráficos modernos para a apresentação correta, rápida e eficaz; e
- d) a facilidade de relacionamento entre os editores e os leitores para que a revista possa manter interesse e prestígio junto a sua comunidade.

² O modelo avaliação de periódicos que as autoras propõem tem inspiração no modelo de Braga e Oberhofer (1982) que, por sua vez, tem base nas diretrizes da Unesco (1964).

³ Esse modelo foi empregado na avaliação dos periódicos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

⁴ Uma deficiência, nesse caso, é o fato de que essa avaliação não questiona o processo de constituição das revistas. A meu ver são problemas fundamentais, hoje, no cenário nacional, a alta taxa de reduplicação dos periódicos e os campos temáticos maldelimitados, mesmo em relação aos que propõem uma temática original. Tais problemas passam ileso nessa forma de avaliação.

⁵ Esse item é amplamente discutido em Davyt e Velho (2000).

Nessa discussão, o trabalho de Krzyzanowski e Ferreira (1998)² tem se tornado uma referência. As autoras propõem um modelo de avaliação que contempla itens relativos à forma e ao mérito (Quadro 1).³ Os itens de forma são avaliados por pontuação, com valores diferenciados, sendo que, dependendo do score alcançado, a revista é enquadrada em um dos seguintes conceitos: muito boa, boa, mediana e fraca. Quanto aos itens de mérito, são considerados por consultores *ad hoc*, que atribuem, ao final da avaliação, um desses conceitos: prioritária, importante, de importância relativa, e não relevante.

Embora esse tipo de avaliação possa apresentar deficiências,⁴ ele nos possibilita uma visualização clara de quais itens estão sendo eleitos como essenciais para que a revista seja considerada de qualidade. Entre os mais relevantes, pode-se citar: a revisão anônima de pares,⁵ a indexação em bases de dados, a diversidade institucional e a qualidade de consultores e contribuintes.

Quadro 1 – Itens de avaliação de periódicos

Avaliação de forma	Avaliação de mérito
Normalização: <ul style="list-style-type: none"> • Periódico no todo (legenda bibliográfica, ISSN, endereço, periodicidade, instruções aos autores). • Fascículo (sumário, referências bibliográficas). • Artigos (filiação do autor, resumos, resumos traduzidos, descritores, tempo de tramitação). 	Qualidade da publicação (dos artigos, do corpo editorial e consultores, e dos critérios de arbitragem).
Duração: pontua a cada dois anos ininterruptos de existência.	Natureza do órgão publicador (preferencialmente instituição de ensino, pesquisa ou sociedade científica).
Periodicidade: de que tipo e se está regular ou irregular. Indexação: pontua a cada inclusão em um serviço.	Abrangência (quanto à origem dos trabalhos e quanto à difusão da revista).
Difusão: compra e/ou permuta. distribuição gratuita, existência de coleção nas bibliotecas-base do Sistema de Comutação bibliográfico (Comut).	Indexação (quanto maior o número de indexadores melhor).
Colaboração de divisão de conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> • Autoria: publicação de autores de outras instituições nacionais/estrangeiras; • Divisão do conteúdo: predominantemente artigos originais; • Textos: artigo de revisão, comunicação de novas pesquisas, carta/documento/registro/relato, resenha bibliográfica, artigo de atualização, estudo de caso, entrevista/depoimento, ensaio. 	Avaliação global (comparação com outras revistas de tradição na área).

Fonte: Adaptado de Krzyzanowski e Ferreira, 1998.

Quadro 2 – Critérios do CNPq e do SciELO para avaliação de periódico

Critérios do CNPq	Critérios do SciELO
Publicar mais de 50% de artigos científicos e/ou técnico-científicos, gerados a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outras revistas.	Periódicos incluídos em índices internacionais (sugeridos: ISI, Medline/Index Medicus, PsylInfo/APA).
Possuir abrangência nacional/internacional quanto a colaboradores, corpo editorial e conselho científico (este, de alto nível).	Periódicos pré-selecionados pelos critérios da Fapesp e/ou CNPq/Finep (com boa classificação).
Ter circulado regularmente no ano imediatamente anterior à data da solicitação.	Caráter científico (contribuições originais resultantes da pesquisa científica e/ou significativas para a área específica do periódico).
Publicar, no mínimo, cinco artigos por fascículo.	Arbitragem por pares (a revista deve especificar formalmente qual o procedimento seguido para a aprovação de artigos e indicar o prazo de tramitação dos originais).
Publicar, pelo menos, dois fascículos por ano.	Conselho editorial (periódicos que possuem um conselho com integrantes ligados predominantemente a uma instituição e com artigos provenientes, em sua maior parte, de uma única instituição ou de uma região geográfica não serão admitidos).
Não ser revista departamental, institucional ou regional, que publique predominantemente trabalhos localizados.	Periodicidade (há um padrão ideal para cada área variando entre bimestral, trimestral e quadrimestral).
Atender aos padrões mínimos de normalização da ABNT.	Duração (deve ter, pelo menos, quatro números publicados para ser considerado para avaliação).
Possuir número internacional normalizado para publicações seriadas – ISSN (obtido no Instituto Brasileiro de Informação em C&T - Ibict).	Pontualidade (não ter atrasos em relação a sua periodicidade). Resumo, palavras-chave e título (no idioma do texto do artigo e no idioma inglês, quando esse não é o idioma do texto). Normalização (deve especificar a(s) norma(s) seguida(s) para a apresentação e estruturação dos textos, e para a apresentação de referências bibliográficas, de modo que seja possível avaliar a obediência às normas indicadas). Afiliação de autores (incluindo local e instituição de origem).

Fonte: Adaptado de CNPq, s.d.; SciELO, 2004.

Esse conjunto de características vem sendo ressaltado desde a década de 60 e, portanto, merece ser (pelo menos) considerado em qualquer proposta de avaliação de periódicos. Diga-se de passagem, tanto o CNPq quanto o SciELO levam em conta boa parte dessas características, como se pode ver nos critérios que utilizam para avaliar suas revistas (Quadro 2). Esse não é o caso, contudo, da base Qualis. Ao analisar-se os princípios da avaliação e da classificação dos periódicos empregados nessa base, o que se percebe, de imediato, é que ela deixa de considerar muitas dessas características (ainda que haja uma variação no rigor de área para área). Esse tópico será tratado mais detidamente, nas seções posteriores desse artigo. Passo, agora, a considerar a problemática da produção editorial na área de Letras/Linguística, meu campo de atuação, sobre o qual posso tecer comentários talvez um pouco mais consistentes.

2.1. Problemática relacionada às revistas da área de Letras/Linguística

Na área de Letras/Linguística, o volume 17, número especial da revista *D.E.L.T.A.* é uma referência essencial para a discussão sobre a qualidade dos periódicos. Esse fascículo traz o artigo de Barbara, Caltabiano e Ikeda (2001), um relato de experiência bastante relevante, e o de Marcuschi (2001), um painel avaliativo bastante rico das revistas da área.

A partir de um levantamento em que contabiliza 128 revistas, Marcuschi (op. cit.) faz uma avaliação e tece várias considerações sobre a qualidade dos periódicos e sobre os rumos que essa produção poderia tomar. Podemos ver nessas considerações que os problemas dos periódicos da área de Letras/Linguística não são muito diferentes dos apontados acima em relação aos demais periódicos brasileiros, embora haja peculiaridades. Vou ater-me, aqui, a quatro dessas considerações que, a meu ver, caracterizam bem essa área:

- a) *Os periódicos circulam quase que exclusivamente na pós-graduação.* Tanto os editores, quanto os contribuintes e leitores em geral pertencem à pós-graduação. A esse respeito, acrescenta o autor: “É surpreendente constatar que nos Cursos de Graduação, a grande maioria dos alunos sequer sabe o nome de alguma revista e poucos as consultam” (p. 84).
- b) *Em geral, não há profissionalização nas editorias.* O trabalho de editoria está a cargo das instituições de ensino e/ou pesquisa, sendo esse trabalho posto como uma tarefa a mais. Em suas palavras (p. 85):

[...] não temos a tradição de um editor qualificado (treinado para este fim) e os Cursos ou as Instituições vão atribuindo a tarefa editorial, em rodízio, para coordenadores ou indivíduos que disponham de tempo para isso, quando de fato a editoração não pode ser feita de forma tão amadorística. Não temos ainda uma cultura sólida da editoração de revistas e do “editor” técnico.

- c) *A proliferação de revistas e artigos não decorre de planejamento da área ou de um maior investimento em pesquisa.* Marcuschi

(op. cit.) aponta que o número de revistas e de artigos publicados cresceu em relação direta com as possibilidades orçamentárias oferecidas pelo governo, bem como em função das pressões por ele exercidas, citando, nesse caso, o surgimento da GED (gratificação de estímulo à docência) para a qual os artigos publicados somam pontos.

- d) *Os periódicos estão mais relacionados a instituições do que a campos de conhecimento ou temas de debate.* É comum no Brasil que cada curso de pós-graduação publique sua revista como forma de construir uma identidade científica. Isso, contudo, faz com que surja um grande número de revistas praticamente iguais em termos de política editorial e, portanto, com pouca identidade em termos de campo de debate pretendido. A esse respeito, o autor faz a seguinte asserção:

[...] parece pouco aconselhável que cada Curso de PG tenha sua revista, pois isto acaba por originar uma infinidade de revistas em sua maioria paroquiais. [...] Seja como for, no futuro deveremos pensar em sistemas de produção que não tenham os Cursos como base de sustentação e sim as sociedades científicas, correntes teóricas ou grandes linhas temáticas. Poderia haver muitas revistas, mas todas com identidade. Além disso, ao invés de haver muitos títulos haveria maior número de fascículos anuais e regularidade na edição (p. 87).

Essas considerações de Marcuschi revelam, a meu ver, dois problemas fundamentais da área. O primeiro deles é a fraca cultura editorial. Observa-se, nesse caso, não só em relação aos editores, mas também em termos do público leitor e dos articulistas, um baixo nível de consciência da utilidade das revistas científicas. Tanto em termos da produção quanto do consumo, há, por parte de todos os envolvidos, um tratamento intuitivo, pouco planejado e acrítico.

O segundo ponto problemático, e relacionado em boa medida ao primeiro, é o atrelamento dos periódicos à identidade institucional, que engessa a produção editorial e, por conseguinte, o próprio debate acadêmico. A revista, em geral, surge para que todos os pesquisadores de uma instituição (centro, departamento, curso) possam publicar nela. Como esses pesquisadores, quase sempre, têm formações acadêmicas diversas, ela, naturalmente, já nasce como uma mescla temática, difusa e irreconhecível. Isso, por sua vez, faz com que leitores e articulistas não a identifiquem como o veículo de um debate específico.⁶

Concordo com Marcuschi que uma revista científica deve ter sua origem em “sociedades científicas, correntes teóricas ou grandes linhas temáticas”. Desse modo, já em seu surgimento, ela pode, muito provavelmente, apresentar uma maior coerência temática. Mais que isso, penso que os grupos de pesquisa produtivos deveriam ser instâncias privilegiadas para a criação e a condução de revistas, pois já têm um campo de debate delimitado, e muitas vezes têm carência de veículos que possibilitem o incremento desse debate. Ou seja, a revista precisa estar relacionada a um

⁶ Esse problema, em relação à área de Letras/Linguística, ainda é agravado pelo fato de que geralmente os campos de Linguística e Literatura compartilham o mesmo departamento.

⁷ Esse, a meu ver, é o motivo que precisa estar na base da solicitação feita pelos órgãos financiadores de que os pesquisadores evitem publicar nas revistas da própria instituição.

campo de debate específico, bem delimitado e promissor, devendo, portanto, ser propriedade (simbólica e identitária) dos participantes desse campo.⁷ No atual momento, mesmo uma revista de “Linguística”, por exemplo, já não representa garantia de uma delimitação temática eficaz, pois esse é um campo vasto. Além disso, já existe um número exorbitante de periódicos nacionais com essa delimitação temática.

Com relação à qualidade das revistas, Marcuschi aponta os mesmos problemas já mencionados acima para os periódicos nacionais de um modo geral. Falta padronização, a regularidade é precária, a periodicidade é baixa e a distribuição é muito ruim. Nesse sentido, vale destacar o que diz o autor:

Não são muitas as revistas científicas em L&L que poderiam ser tidas como de produção, distribuição e cuidado profissionais. Muitas são relativamente amadorísticas. Se tomarmos as revistas de Universidade renomadas do país, veremos que muitas das 128 revistas não têm ISSN indicado. A maioria não informa a periodicidade, algumas sequer trazem o endereço e 31 não tem (sic) a informação sobre o ano de início da publicação. Isto para ficar apenas no que se refere a um aspecto estritamente formal. O curioso é que há revistas que sequer apresentam o endereço para correspondência e não indicam a vinculação institucional. Não sabemos se são números avulsos ou não (p. 88).

Em seu texto, Marcuschi ainda apresenta o que ele chama de “idéias para um início de discussão”, que, penso, valem aqui ser retomadas não só porque são viáveis, mas também porque sumarizam em boa medida o que foi apresentado e discutido acima. Diz ele (p. 90):

1. Nem todos os cursos precisam ter revistas científicas; seria possível unir vários cursos e fazer com que se produzissem revistas mais fortes e com periodicidade maior (ao invés de dois números anuais, fazer quatro, por exemplo).
2. Seria bom que houvesse mais revistas específicas de área (Letras e Linguística separadamente), pois assim se teria uma distinção mais clara na orientação e nas políticas editoriais. Para as revistas hoje mistas, poderia-se (sic) prever números temáticos alternados.
3. As novas revistas a serem criadas poderiam ser preferencialmente ligadas a Sociedades Científicas e não a instituições universitárias. Isto lhes daria uma identidade temática e uma linha de investigação mais definida.
4. Os financiamentos seriam canalizados para todas as revistas habilitadas. Haveria uma melhor distribuição e uso das verbas.
5. Deveria ser providenciada uma sistemática de distribuição das revistas, profissionalizando-as, talvez com a colaboração direta de editoras comerciais. Também poderia ser pensada uma forma de realizar um intercâmbio automático e sistemático de todas as revistas.

Somente esse último ponto me parece ser mais problemático. Primeiramente, em relação à forma de “intercâmbio automático e

sistemático”, ela já existe. São os acordos de permuta. Eles, contudo, não têm garantido uma boa distribuição, seja por deficiência das bibliotecas seja porque os editores não canalizam esforços para isso. Em segundo lugar, “a colaboração direta com editoras comerciais” seria de fato uma grande possibilidade de difusão dos periódicos, caso não houvesse tantos entraves legais. As editoras universitárias não podem gerar lucros, de modo que estão engessadas por um sistema que só privilegia as editoras comerciais. Ou seja, se não podem comercializar, também não podem fechar contratos com editoras comerciais. Além disso, os próprios órgãos de fomento só alocam recursos a revistas de editoras universitárias. Essa questão da distribuição, portanto, embora menos relevante que a questão da baixa qualidade das próprias revistas, é de grande complexidade.

Em suma, o quadro relativo às revistas de Letras/Linguística é bastante preocupante. As avaliações dos órgãos financiadores, com o tempo, podem exercer uma influência benéfica no aprimoramento das revistas. Fico em dúvida, contudo, se podem redefinir os rumos do campo. Uma possibilidade que se abre nesse sentido é a própria avaliação da Capes, um órgão mais influente, já que também avalia os programas de pós-graduação. Contudo, os resultados da base Qualis, ao menos nessa área específica, podem conduzir justamente a um resultado contrário a esse. Tanto nos dados de 2002 quanto nos de 2003, há revistas de qualidade duvidosa bem cotadas e revistas de boa qualidade malcotadas. Nesse caso, quando um bom conceito é atribuído a uma revista ineficiente, ela continua (ou passa) a ser modelo para as que estão surgindo. Além disso, o trabalho de avaliação e de eleição de melhores modelos feito pelas agências financiadoras é posto baixo.

3. A base Qualis: algumas questões

A base Qualis foi concebida como um instrumento de auxílio na avaliação dos cursos de pós-graduação. Conforme explicam Souza e Paula (2002):

[...] no intuito de fortalecer a análise qualitativa no processo de avaliação, a Capes propôs o desenvolvimento da base Qualis, para construção de indicadores de produção científica fundamentados na qualidade das revistas científicas utilizadas pelos programas de pós-graduação, devendo estas receber uma classificação conforme critérios definidos pelas comissões de áreas (p. 8).

O fato é que, por ser a Capes um órgão de avaliação dos programas de pós-graduação, e portanto ser extremamente poderoso, rapidamente essa avaliação dos periódicos foi aceita pelos docentes e pesquisadores como a principal avaliação desse tipo no País. Deixou de ser só um instrumento auxiliar da avaliação dos programas de pós-graduação, exercendo, nesses termos, um papel central nos rumos que a produção editorial científica irá tomar.

Não obstante a isso, essa classificação é bastante precária e dissonante entre comissões de áreas, como nos dá conta o relato de Souza e Paula (op. cit.) sobre os trabalhos realizados em várias delas. Além disso, algumas comissões são mais criteriosas, recorrendo aos profissionais de avaliação

⁸ Esse grupo recorreu inclusive ao modelo de Krzyzanowski e Ferreira (1998).

periodística e, portanto a critérios mais elaborados, como é o caso da área de Psicologia (Yamamoto et al., 1999).⁸ Outras, contudo, como a da área de Letras/Linguística, utilizaram critérios bastante intuitivos e pouco eficazes (conforme veremos, na próxima seção).

De modo geral, vejo dois grandes problemas nas categorias de classificação elaboradas para a base Qualis. O primeiro deles é a circulação ou distribuição a ser tomada como elemento central, ao eleger-se como base da classificação as categorias “local, nacional e internacional”. Pode-se ver nessa classificação dois aspectos complicadores. Em primeiro lugar, embora não haja o intuito de se conceber cada nível como estágio de qualidade superior ao outro, é exatamente desse modo que a comunidade acadêmica está entendendo essa classificação. Em segundo lugar, a distribuição é um dos itens de maior complexidade na avaliação de periódicos, acrescentando que o número de citações dos programas de pós-graduação não garante o levantamento nem de circulação nem de qualidade da revista. Não é uma garantia de qualidade, pois um determinado pesquisador pode ser um excelente profissional e, ainda assim, publicar em periódicos de qualidade duvidosa. Além disso, revistas de congresso vão ter uma excelente pontuação (mesmo que não representem o ideal de revista científica), pois publicam muitos textos e agrupam pesquisadores de regiões variadas.

Em relação à circulação, a título de exemplo, fiz um levantamento de quais revistas, das classificadas como nacional A na Qualis de Letras/Linguística, aparecem em três das maiores bibliotecas brasileiras: da UFSC, da UFRGS e da UFMG. Testei mais ou menos a metade da lista (ordem alfabética), excluindo os periódicos que são produzidos nessas universidades (*Crítica Marxista*, *Estudos da Linguagem* e *Estudos Feministas*). O resultado pode ser visualizado no Quadro 3. Muitas dessas revistas ditas de “circulação nacional” não aparecem em nenhuma das bibliotecas pesquisadas.

Desse modo, se em relação à circulação dos periódicos nacionais a classificação da Qualis é malsucedida, quanto aos estrangeiros é francamente inviável. Não há mecanismos que possibilitem saber em que locais (países, regiões) um periódico estrangeiro circula e mesmo que público atinge. Esse fato agrava-se quando periódicos nacionais são contados como internacionais. No caso da área de Letras/Linguística, por exemplo, dificilmente um periódico tem circulação internacional. No entanto, algumas revistas, nem tão bem-sucedidas⁹ são cotadas como internacionais e, nesse sentido, entendidas pela comunidade acadêmica como estando entre as melhores.

Seria mais plausível (e produtivo) que uma base desse tipo tomasse como centro da classificação a qualidade editorial dos periódicos, algo que pode ser de fato avaliado sem grandes complicações porque já há critérios para isso.¹⁰ Poderia ser pensada uma classificação que contemplasse a qualidade nas categorias “alta, média, baixa”, e essas, por sua vez, divididas em “nacional e estrangeiro”. Poder-se-ia inclusive ter os dois grupos (nacional e estrangeiro) em separado, desde que eles fossem entendidos como origem do periódico e não como modo de circulação.

⁹ Uma dessas revistas, pelo menos, não é sequer indexada e tem um corpo de consultores com 11 membros, o que indica não haver revisão de pares e fluxo contínuo, algo francamente inviável com esse número tão restrito de membros.

¹⁰ Penso também que as revistas deveriam ser solicitadas a comprovar suas qualidades, principalmente, quanto a: 1) avaliação de pares (enviando cópia dos pareceres); e 2) número de permutas (enviando cópia dos acordos firmados ou declaração da biblioteca responsável).

Quadro 3 – Distribuição dos periódicos nacional A em três bibliotecas				
IES	Título	UFSC	UFRGS	UFMG
0002-0591	Afro-Ásia		X	
1517-106X	Alea (UFRJ)		X	
0002-5216	Alfa (Unesp-Araraquara)	X	X	X
0102-5756	Cadernos de Estudos Lingüísticos (Unicamp)	X	X	X
0103-4316	Clássicas		X	X
1415-7403	Confluência	X	X	X
0104-222X	Cultura Vozes	X	X	X
0102-4450	D.E.L.T.A. (PUC/SP)	X	X	X
1575-0063	Discurso y Sociedad		X	
0102-4906	Estudos Anglo-Americanos (Abrapui)	X	X	X
0103-4014	Estudos Avançados (USP)	X	X	X
1413-0939	Estudos Lingüísticos (GEL)			
0102-5465	Estudos Lingüísticos e Literários (UFBA)	X	X	X
1413-9073	Gragoatá (UFF)		X	
1516-1536	Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras (UFPB)			
0103-815X	Itinerários (Unesp-Araraquara)		X	X
0950-0782	Language and Education			
1518-5311	Latitudes: Cahiers Lusophones			
1516-4586	Letras Clássicas			

A outra questão bastante problemática na base Qualis é o fato de uma área considerar periódicos de outra, o que torna a classificação extremamente confusa. Isso também nos sugere que a análise em cada comissão é sumária e pouco rigorosa, pois é muito difícil que uma área de conhecimento disponha de conhecimentos e meios suficientes para avaliar os periódicos de outra.

Passo, agora, a uma consideração mais pormenorizada da Qualis da área de Letras/Lingüística.

3.1. A base Qualis de Letras/Lingüística

A comissão da área de Letras/Lingüística elegeu os seguintes critérios para a avaliação e classificação dos periódicos (Capes, 2003):

1. Foram considerados *internacionais* os periódicos com indexação internacional, com comissão editorial com representação internacional e com editores nacionais e internacionais;

2. Foram considerados *nacionais* os que foram bastante citados ou que são órgãos de veiculação da produção científica de um programa de pós-graduação;
3. Foram considerados locais todos os demais;
4. Os periódicos *internacionais* foram considerados:
 - de nível A quando congregam os três critérios: *indexação, comissão editorial e editoração*;
 - de nível B, quando congregam os critérios de indexação e de comissão editorial;
 - de nível C, quando têm apenas a indexação internacional;
5. Os periódicos *nacionais* foram considerados:
 - de nível A quando tiveram, na tabulação inicial, mais de nove citações na pesquisa com os programas;
 - de nível B quando tiveram de quatro a oito citações;
 - de nível C quando tiveram menos de quatro citações;
6. Os *periódicos locais* foram classificados como:
 - de nível A quando tiveram mais de duas citações e estão vinculados a unidades que têm programa de pós-graduação;
 - de nível B quando tiveram de uma a duas citações, quando são órgãos de divulgação de trabalhos de alunos de pós-graduação ou quando estão ligados a unidades que têm programas de pós-graduação;
 - de nível C nos demais casos.

Em relação à classificação nos níveis de circulação, pode-se dizer que:

- 1) Embora os três itens do critério 1 funcionem em conjunto para caracterizar um periódico como internacional, na prática eles são empregados separadamente, tornando difícil saber o que realmente conta para essa classificação. Muitos dos periódicos classificados como nacional e até como local, por exemplo, apresentam indexação internacional. Deveriam, desse modo, estar listados nessa categoria. Além disso, a circulação não aparece de modo algum nesses três itens considerados.
- 2) Fica a dúvida, no critério 2, sobre o que é ser “bastante citado”. Qual é a medida para se dizer o que é “bastante” (ou mesmo suficiente) nesse caso? Fica difícil também saber o que significa ser um “órgão de veiculação da produção científica de um Programa de Pós-Graduação”. Isso parece indicar uma perspectiva inversa ao que propõem todas as demais formas de avaliação de periódicos (CNPq, Fapesp, etc.), pois a crítica comum é que as revistas são demasiadamente institucionais e voltadas para a publicação interna. O critério 3 vai na mesma esteira do 2.

Em relação à classificação por graus de qualidade, o que se nota é uma prevalência absoluta do número de citações dos programas como critério. Ainda assim, cabe ressaltar que não fica claro em que sentido ter mais ou menos de quatro citações é um critério para distribuir a qualidade dos periódicos e a circulação em nacional e local. É um critério de extrema fragilidade.

O que se pode concluir, em relação a esses critérios é que, de fato, a qualidade não é considerada, pois itens como indexação, conselho editorial e comissão editorial que são (de certo modo) levados em conta na classificação dos periódicos internacionais, também deveriam ser considerados na avaliação dos periódicos nacionais. Itens como esses (e muitos outros como podemos visualizar nos Quadros 1 e 2) é que indicam a qualidade editorial do periódico.

A desconsideração da qualidade fica patente nesse trecho do documento da área: “Em todos os casos, um periódico recém-criado será sempre de nível C, respeitadas as demais características” (Capes, 2003). Não vejo razões para que um periódico bem fundamentado, ainda que novo, seja enquadrado na categoria local C. Esse conceito vai ser um empecilho considerável ao desenvolvimento desse periódico, pois, apesar de suas qualidades, os bons articulistas não irão querer ter sua produção nele veiculada.

Esse critério de “citação dos programas de pós-graduação” é extremamente improdutivo. Além de não medir adequadamente nem a circulação nem a qualidade do periódico, ainda classifica revistas tecnicamente deficientes entre as melhores e desqualifica revistas de qualidade inquestionável. Ou seja, uma revista antiga, mesmo que de qualidade duvidosa, por esse critério, tem grande chance de ser bem classificada. Contudo, muitas das revistas bem classificadas não fazem revisão de pares ou não têm fluxo contínuo. Há três revistas classificadas com o conceito “nacional B” que não têm nem mesmo o registro de ISSN.

Pelo menos duas questões aqui merecem um comentário à parte. A primeira delas diz respeito ao maior problema da área de Letras: o das revistas sem identidade. Das 128 revistas elencadas por Marcuschi (2001), a maior parte tem como campo temático ambas as áreas de Letras e Linguística. São revistas sem nenhum diferencial em termos das discussões que conduzem. Nesse sentido, uma boa definição de campo temático deveria ser uma característica valorizada na Qualis de Letras/Linguística. Ou seja, uma boa parte das revistas da área deveria ter um conceito mais baixo na Qualis.

A segunda questão é que nem todas as revistas bem classificadas na Qualis de Letras/Linguística podem ser entendidas como revistas científicas padrão. Vejam-se, por exemplo, os periódicos de entidades científicas que publicam os trabalhos apresentados em seus congressos. Pude conferir um fascículo de uma dessas revistas (classificada como nacional A). Ela apresenta 47 artigos (em 189 páginas do tipo A4), todos tendo em média cinco páginas. O que se pode concluir, de imediato, é que, de modo algum, um texto de cinco páginas pode ser considerado um artigo científico. Quando muito, é um texto de comunicação de congresso. Em segundo lugar, pode-se concluir que tal revista não apresenta fluxo contínuo e muito provavelmente nem avalia os artigos anonimamente e com rigor. Mesmo assim, apesar desse evidente distanciamento

de uma revista científica de qualidade, ao publicar mais de 40 artigos por fascículo, tal revista terá um grande número de citações nos programas de pós-graduação e será bem classificada na Qualis (o que de fato ocorreu).

Passo agora a algumas sugestões com vias a um modelo de avaliação de revistas.

4. Algumas diretrizes para a avaliação de periódicos na área

Quero, nesta seção, primeiramente, tecer algumas considerações gerais para, em seguida, propor um modelo de avaliação. Em termos amplos, considerando o que já comentei na seção anterior, penso que a área de Letras/Linguística deveria:

- 1) priorizar a qualidade em detrimento da circulação, pois é melhor ter uma revista de qualidade que circule pouco do que o contrário;
- 2) só avaliar publicações da área de Letras/Linguística, pois é uma forma de pôr em evidência as boas revistas da área; e
- 3) avaliar em separado os periódicos de Letras e os de Linguística, pois é um modo de cobrar dos editores um maior rigor na delimitação do campo temático. As revistas mistas (de Letras e Linguística) devem ser colocadas como atípicas.

Penso também que uma avaliação que se pretenda justa e que busque dar uma orientação adequada ao campo editorial na área de Letras/Linguística deve eleger um modelo ideal de revista para servir como base de comparação. Esse modelo, a meu ver, deveria contemplar itens como: 1) política editorial clara e campo temático delimitado; 2) revisão de pares; 3) fluxo contínuo; 4) comissão editorial qualificada (com doutorado e pesquisa na área da revista); 5) consultores qualificados (com doutorado e pesquisa na área) e externos à entidade mantenedora; 6) contribuintes externos à instituição; 7) indexação; e 8) os demais itens de normalização. Caso fosse aplicado um modelo como esse, poder-se-ia ver que muitas das revistas nacionais da área distanciam-se bastante de uma revista científica padrão. Na listagem da Qualis da área, podem ser vistos os seguintes subgêneros:

- a) revista científica de fluxo contínuo: *D.E.L.T.A., Linguagem & Ensino, Trabalhos em Linguística Aplicada; The ESpecialist*, etc.;¹¹
- b) revista de associações científicas de fluxo contínuo: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* (da Alab), *Revista da Abralin*;
- c) revista científica temática (cujos fascículos têm tema organizador específico): *Cadernos de Estudos Linguísticos, Ilha do Desterro, Gragoatá*, etc.;
- e) revista de entidade política: *Revista da Anpoll*, etc.;
- f) revista de congresso/anais: *Revista do Gel, Revista do Gelne*, etc.;
- g) revista de universidade/geral: *Revista da USP*, etc.

Por proximidade com o modelo padrão, as revistas do tipo a e b deveriam ser candidatas mais plausíveis às melhores classificações, pois têm maiores

¹¹ Vou preferir citar e discutir as revistas da área de Linguística, pois são as que conheço melhor.

possibilidades de ser ou tornar-se uma revista típica. Note-se que as revistas do tipo c já não são típicas, pois a submissão não é livre, não havendo fluxo contínuo. As do tipo e deveriam estar voltadas mais para discussões políticas e a apresentação de documentos (como é o caso das revistas da Capes). As do tipo f são anais com roupagem de revista. As do tipo g são revistas institucionais que publicam todas as áreas do conhecimento e, como tal, não têm campo temático bem delimitado.

Se não houver um tipo de priorização como esse, a tendência é que as revistas científicas da área degradem-se progressivamente. Uma tendência forte nesse sentido é que elas se tornem, cada vez mais, revistas de fascículos temáticos.¹² Isso ocorre, possivelmente, em função de a Capes pontuar bem a organização de fascículos. Outra tendência é a de que cada entidade promotora de congresso transforme os seus anais em revistas. Isso também está ocorrendo, muito provavelmente, devido ao fato de, na avaliação da Capes, os artigos valerem mais do que os textos de anais (e de não haver qualquer mecanismo de controle de publicações). Do mesmo modo, também, cada vez mais, os anais estão transformando-se em livros. Ou seja, como afirma Marcuschi (2001, p. 86): “Isto significa que reagimos ao sabor das verbas e das pressões e não por um planejamento de produção”.

Em uma avaliação que oriente o campo, um conjunto de critérios bem calibrados deveria pôr em destaque as revistas padrão. Penso que se poderia utilizar um conjunto desse tipo:

- 1) regularidade;
- 2) boa distribuição em bibliotecas;
- 3) normalização;
- 4) fluxo contínuo;
- 5) *conselho de consultores territorial e institucionalmente abrangente e qualificado;*
- 6) *campo temático bem delimitado;*
- 7) fluxo contínuo;
- 8) indexação nacional/internacional;
- 9) contribuintes diversificados territorialmente/institucionalmente; e
- 10) boa aplicação da proposta editorial, mais especificamente quanto ao campo temático.

Para que esses dez critérios de fato classifiquem as revistas no sentido das mais para as menos padrão, é preciso tomar-se os critérios quatro e cinco como centrais e os demais como menos centrais em direção a cada uma das extremidades (quatro para um e seis para dez). Para que esse efeito produza-se, esses critérios devem ser organizados como no Quadro 4, conduzindo a seis níveis de classificação. Se a revista preencher ou não um dos requisitos, ela é classificada em um dos níveis de qualidade. Por essa perspectiva de prioridade dos critérios, uma revista que preenchesse todos os requisitos, mas não o requisito um ou o dez (ou mesmo ambos), seria classificada como A2.

A idéia central nesse processo de avaliação é privilegiar duas das características centrais para que uma revista possa ter identidade específica:

¹² É interessante notar aqui que algumas revistas que nasceram com fluxo contínuo, em dois fascículos por ano, estão, ultimamente, devotando um dos fascículos a temas específicos (caso da *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*). Procedendo desse modo, o periódico inviabiliza o fluxo contínuo, pois, dependendo da época em que o artigo seja submetido (e da quantidade de submissões), levará dois anos para ser publicado.

um campo temático bem delimitado e um corpo de consultores qualificado e afinado com esse campo. A delimitação do campo temático, a meu ver, é, inclusive, o item mais importante, pois caso a revista inicie-se com um tema muito abrangente ela jamais conseguirá ser uma revista padrão. Por exemplo, uma revista que delimita o seu campo como “Letras/Linguística” jamais terá um número de consultores suficiente para proceder à avaliação de pares. Quando muito, ela poderá ser uma revista temática, mas, nesse caso, jamais vai poder ter um processo de fluxo contínuo. A questão é que uma opção tem reflexo nas demais. No caso dessa escala de critérios que estou apresentando, ainda que o periódico apresente todas as demais nove características, se ele não contemplar um campo temático bem delimitado ou um conselho de consultores bem formado, será classificado com o conceito mais baixo.

Quadro 4 – Escala de critérios de avaliação e graus de qualidade dos periódicos avaliados

	Itens técnicos					Itens qualitativos				
A1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A2		2	3	4	5	6	7	8	9	
A3			3	4	5	6	7	8		
B1				4	5	6	7			
B2					5	6				
B3										

¹³ Devo salientar aqui, contudo, que esse levantamento não é rigoroso, pois não tive acesso a todas essas revistas. Tomei como base os conhecimentos que já tenho sobre algumas delas e, para as que desconhecia, considerei apenas a informação do título.

Para que possamos pensar qual seria o impacto de uma tal classificação na área de Letras/Linguística, fiz um levantamento do campo temático das revistas listadas por Marcuschi (2001)¹³ (Tabela 1). É surpreendente constatar que, das 128, 70 apresentam tema muito geral (Letras e Linguística juntas), ou títulos metafóricos (que não possibilitam saber do que tratam) ou temas bastante indecifráveis. Este grupo fatalmente teria os conceitos mais baixos na classificação que estou propondo, pois são revistas praticamente amorfas do ponto de vista temático. É surpreendente ver também que, dessas 128, apenas 40 apresentam possibilidade de um campo temático mais delimitado e, dessas 40, 13 são de Linguística e 7 de Literatura (réplicas). Se contarmos que, para um quadro ideal, precisaríamos rebaixar boa parte dessas revistas tematicamente iguais, mesmo considerando os grupos I e II da Tabela 1, dificilmente teríamos 40 revistas candidatas ao conceito mais alto.

A Tabela 1 é uma mostra de como o quadro editorial da área de Letras/Linguística é precário, pois nela só está sendo considerada a adequação temática. Caso avancemos para os demais critérios, certamente teremos pouquíssimas revistas classificadas com o conceito mais alto (A1).

Tabela 1 - Campos temáticos das revistas brasileiras de Letras/Linguística			
Grupo	Campo temático	Nº	Total
I	Inglês para fins específicos	1	40
	Linguagem e ensino	1	
	Leitura	2	
	Tradução	3	
	Discurso	2	
	Linguística aplicada	2	
	Literatura brasileira	1	
	Literatura comparada	2	
	Linguagem e sociedade	1	
	Linguagem e educação	1	
	Filologia	2	
	Semiótica	2	
	Literatura	7	
	Linguística	13	
II	Estudos africanos	1	15
	Estudos arábicos	1	
	Estudos germânicos	1	
	Estudos italianísticos	2	
	Estudos orientais	1	
	Estudos clássicos	1	
	Estudos hispânicos	2	
	Estudos ânglicos	3	
	Estudos irlandeses	1	
	Estudos nipônicos	1	
	Estudos hebraicos	1	
III	Nomes metafóricos que não permitem identificar o tema	37	70
	Tema muito amplo: Letras/Linguística	29	
	Tema indefinido	4	
IV	Pertence a outra área ou não é revista científica	3	3
Total		128	128

Legenda: Grupos I – tema claro; II – tema vago; III – inapropriado; IV – não pertinente.
 Fonte: Essa análise baseou-se na lista publicada em Marcuschi (2001).

A grande questão é que a base Qualis da área, ao não considerar os itens de qualidade, classifica muitas revistas tecnicamente deficientes com o conceito máximo. Só para se ter uma idéia, 38 periódicos da área são classificados como nacional A. Dessas, muitas têm campos temáticos replicados, nomes metafóricos que nada dizem, ou são revistas de temática muito geral, de congresso ou universitárias gerais. Muitas delas (se não a maioria) não são indexadas.

5. Considerações finais

De modo geral, ao menos em termos da área aqui considerada, o critério anterior utilizado pela Capes para classificar a produção dos programas era mais produtivo que esses utilizados na base Qualis. Ou seja, a Capes classificava os artigos publicados em revistas indexadas com um peso maior e os publicados em revistas não indexadas com um peso menor. Do modo como a Qualis da área está sendo construída, nem mesmo a indexação está sendo considerada.

Cabe ressaltar que, se a qualidade editorial não for seriamente considerada nas próximas avaliações dos periódicos da área, o resultado vai ser um descaminho ainda maior e, pior, um desestímulo às iniciativas inovadoras.

O modelo que aqui apresentei para a avaliação da qualidade dos periódicos não é uma idéia fechada nem acabada. Não obstante a isso, acredito ser uma ferramenta que mostra com certa nitidez o quanto as publicações da área estão distantes de um modelo padrão de periódico, já proposto na literatura e praticados na avaliação das agências financiadoras. Além disso, esse modelo aqui proposto é mais rigoroso que o de Krzyzanowski e Ferreira (1998) utilizado na Fapesp, pois considera as bases mínimas para que uma revista desenvolva-se com qualidade.

6. Referências

BARBARA, L.; CALTABIANO, M. A.; IKEDA, S. I. A preparação de uma revista geral. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 137-44, 2001.

BRAGA, G. M.; OBHERHOFER, A. Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Rev. Lat.*, n. 1, p. 27-31, ene./jun. 1982.

CAPES. *Crítérios de classificação do Qualis por área: periódicos científicos da área de Letras e Linguística*. 2003. Disponível em: <<http://Qualis.gov.br>>.

CNPq. *Programa editorial*. s. d. Disponível em: <http://www.cnpq.br/areas/humanas_sociaisaplicadas/programa.htm>.

DAVYT, Amilcar; VELHO, L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro: *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, v. 7, n. 1, mar./ jun. 2000.

R B P G, v. 1, n. 2, p. 141-159, nov. 2004.

KRZYŻANOWSKI, R. F.; FERREIRA, M. C. G. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 1998.

MARCUSCHI, L. A. Revistas brasileiras em letras em lingüística. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 83-120, 2001.

SCHWARTZMAN, S. A política brasileira de publicações científicas e técnicas: reflexões. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 25-32, mar./jun. 1984.

SciELO. *Critérios SciELO Brasil*: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na coleção SciELO Brasil. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/criteria/scielo_brasil_pt.html>.

SOUZA, E. P.; PAULA, M. C. S. Qualis: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação Capes. *Infocapes*, Brasília, v. 10, n. 2, abr./jun. 2002.

STUMPF, I. R. C. Reflexões sobre as revistas brasileiras. *InTexto*, Porto Alegre, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/>>.

UNESCO. *Grupo de trabajo para la selección de revistas científicas latino-americanas*, 1964, Rio Pedras, Puerto Rico. Montevideo: Centro de Cooperación Científica de la Unesco para la América Latina, 1964.

YAMAMOTO, O. et al. Periódicos científicos em Psicologia: uma proposta de avaliação. *Infocapes*, Brasília, v. 7, n. 3, jul./set. 1999.